

Veículo: O Estado de S. Paulo

Retranca: Direitos Humanos

Data: 27/09/2011

Título: Conselho denuncia maus-tratos à ONU

O Estado de S.Paulo

Um relatório descrevendo 76 casos de maus-tratos a pacientes internados em instituições psiquiátricas foi entregue ontem à representante do Brasil no Subcomitê para Prevenção da Tortura da ONU, Margarida Pressburger. As denúncias, com casos de mortes de pacientes, foram recebidas pelo Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos da Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial e organizadas pelo Conselho Federal de Psicologia. "Esperamos que a ONU nos ajude a sensibilizar o governo para a questão", disse o presidente do conselho, Humberto Verona. / C.T.

Veículo: Folha de S. Paulo

Retranca: Direitos Humanos

Data: 27/09/2011

Título: Conselho de Psicologia denuncia maus-tratos em centros terapêuticos

JOÃO PAULO GONDIM
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

O CFP (Conselho Federal de Psicologia) vai entregar, nesta segunda-feira, à representante do Brasil no Subcomitê para Prevenção da Tortura da ONU, Margarida Pressburg, um relatório contendo 59 denúncias de maus-tratos a pacientes de centros terapêuticos para tratamento de transtornos psiquiátricos e dependência química.

Há casos de agressão física, tortura psicológica, cárcere privado, privação de alimentos, falta de higiene e de pacientes mantidos sem roupas, entre outras supostas violações aos direitos humanos.

De acordo com o presidente do CFP, Humberto Verona, muitos centros têm cunho religioso e são usados, principalmente por evangélicos, para a doutrinação dos pacientes, e não para o tratamento adequado.

"Esses locais não podem ser considerados unidades de saúde. Não têm infraestrutura adequada e nem equipe profissional", afirma Verona.

Ele critica ainda o anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff de que os centros terapêuticos vão receber verba do governo federal para integrar a rede de atendimento a dependentes químicos.

A intenção do psicólogo é tornar explícitas as supostas ocorrências nessas instituições. Segundo ele, as denúncias já foram entregues à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

"A ONU pode nos ajudar a dar visibilidade a esse circo de horrores que acontece no tratamento psiquiátrico no país".

O diretor-executivo da Febract (Federação Brasileira de Centros Terapêuticos), Maurício Landre, admitiu a carência de infraestrutura e equipe especializada nos centros. Mas afirmou que, apesar das falhas, as instituições tratam adequadamente dos internos.

A FBH (Federação Brasileira de Hospitais) não comentou as denúncias do relatório.

Pacientes acorrentados, sessões de choque, amputações de dedos e mortes violentas em locais de internação psiquiátrica e de atendimento a dependentes químicos no Brasil foram denunciados, ontem, à Organização das Nações Unidas (ONU). A lista com 66 casos entregue a Wilder Tayler, representante do Subcomitê de Prevenção à Tortura da entidade, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), traz ocorrências em 15 unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal. O objetivo, segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, é pressionar autoridades brasileiras, por meio da organização internacional, a darem uma resposta às violações de direitos humanos ocorridas dentro das instituições fechadas.

“São brasileiros que estão sendo torturados e mortos debaixo dos nossos olhos e nenhuma atitude é tomada”, lamenta Verona, destacando que já entregou as mesmas denúncias ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Direitos Humanos. Os 66 casos relatados no documento abrangem quatro regiões do país. A exceção é o Norte. São Paulo e Pernambuco lideram o ranking da violência praticada nas unidades de tratamento dos mais variados tipos — públicas; privadas, mas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS); e particulares, além de comunidades terapêuticas, entidades que lidam com viciados em álcool e drogas. As violações ocorreram de 2001 a agosto de 2011, concentrando-se nos últimos três anos.

Ao ouvir o presidente do CFP detalhar os dados do relatório, Tayler classificou as denúncias como “graves” e se comprometeu a analisá-las. Para o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Antonio Geraldo da Silva, é preciso investigar todas as denúncias de maus-tratos a fim de aperfeiçoar o atendimento prestado à população, sobretudo a parcela mais pobre, mas não fechar hospitais. “Pergunto-me qual a motivação das denúncias e quais as soluções propostas. O que me preocupa é a lógica do Ministério da Saúde, calcado na reforma antimanicomial, de fechar unidades, alternativa mais fácil em vez de transformá-las em centros de excelência”, critica. O Ministério da Saúde informou que está fazendo uma auditoria nos 201 hospitais psiquiátricos do país a fim de verificar irregularidades.

Negligência

Um dos três casos ocorridos no Distrito Federal diz respeito à morte de um jovem dependente químico na clínica Recanto, localizada em Brazlândia, há cerca de dois anos. A família do rapaz duvida da tese de suicídio e acusa o local de negligência, com base no laudo cadavérico, que apontou maconha e álcool no organismo do paciente. Além disso, o rapaz teria comentado que substâncias ilícitas circulavam pelo lugar de tratamento. O dono da clínica, Deusdete Benevides, nega que o paciente tenha sido vítima de homicídio ou descuido. “Já pegamos drogas por aqui, é verdade. Às vezes, é o próprio familiar que traz. Não temos poder de polícia para revistar visitantes, mas fazemos pentes-finos uma ou duas vezes por semana”, explica.

Financiamento polêmico

O Ministério da Saúde prepara dois editais para financiar as comunidades terapêuticas que lidam com usuários de drogas. A determinação para que tais entidades integrem a estratégia do governo de atendimento a dependentes químicos partiu da presidente Dilma Rousseff, ocasionando um racha no governo. Muitas autoridades do setor são contrárias à ideia por entenderem que as comunidades não têm capacitação para esse fim. Entre categorias de profissionais da área, o projeto também é repudiado.

“Verdadeiro absurdo colocar dinheiro público nesses locais, que, para funcionar, basta ter um profissional de nível superior como responsável”, critica Antonio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Veículo: O Globo

Retranca: Saúde Mental

Data: 27/09/2011

Título: Psicólogos denunciam a ONU mortes e tortura em hospitais psiquiátricos

RIO - Passados dez anos da reforma psiquiátrica no Brasil, as unidades de internação de pessoas com transtornos mentais continuam registrando mortes e casos de maus-tratos. A denúncia é do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que entregou nesta segunda-feira um documento com os relatos ao Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro.

O relatório contém 76 casos de mortes, maus-tratos ou torturas ocorridos em hospitais públicos e privados e comunidades terapêuticas, entre 2002 e 2010, em todas as regiões do país.

Segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, as denúncias foram enviadas ao órgão e a instituições parceiras de defesa dos direitos humanos por parentes de usuários desses serviços. Os próprios pacientes também encaminharam reclamações ao conselho. Entre os casos, há medicação forçada, negligência, privação de liberdade e abandono.

De acordo com Verona, o documento também já foi protocolado na Secretaria-Geral da Presidência da República, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e no Ministério da Saúde. No entanto, as medidas de proteção aos pacientes ainda não foram tomadas.

"Pela gravidade das denúncias, esperávamos uma resposta mais rápida por parte das autoridades. Como estamos tendo dificuldade nisso, e o governo federal está sinalizando investir nas comunidades terapêuticas, viemos buscar ajuda urgente", acrescentou Verona.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia disse ainda que o documento chama a atenção para os maus tratos ocorridos em comunidades terapêuticas, que são instituições privadas normalmente vinculadas a igrejas. Ele classificou esses estabelecimentos como "verdadeiros manicômios contemporâneos".

(Agência Brasil)

Veículo: Correio Braziliense

Retranca: Saúde Mental

Data: 27/09/2011

Título: ONU recebe queixa de tortura em clínicas

Conselho Federal de Psicologia denuncia à organização internacional 66 casos de maus-tratos e morte em 15 unidades de internação psiquiátrica. Três deles ocorreram no Distrito Federal

Renata Mariz

Publicação: 27/09/2011 02:00

Pacientes acorrentados, sessões de choque, amputações de dedos e mortes violentas em locais de internação psiquiátrica e de atendimento a dependentes químicos no Brasil foram denunciados, ontem, à Organização das Nações Unidas (ONU). A lista com 66 casos entregue a Wilder Tayler, representante do Subcomitê de Prevenção à Tortura da entidade, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), traz ocorrências em 15 unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal. O objetivo, segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, é pressionar autoridades brasileiras, por meio da organização internacional, a darem uma resposta às violações de direitos humanos ocorridas dentro das instituições fechadas.

“São brasileiros que estão sendo torturados e mortos debaixo dos nossos olhos e nenhuma atitude é tomada”, lamenta Verona, destacando que já entregou as mesmas denúncias ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Direitos Humanos. Os 66 casos relatados no documento abrangem quatro regiões do país. A exceção é o Norte. São Paulo e Pernambuco lideram o ranking da violência praticada nas unidades de tratamento dos mais variados tipos — públicas; privadas, mas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS); e particulares, além de comunidades terapêuticas, entidades que lidam com viciados em álcool e drogas. As violações ocorreram de 2001 a agosto de 2011, concentrando-se nos últimos três anos.

Ao ouvir o presidente do CFP detalhar os dados do relatório, Tayler classificou as denúncias como “graves” e se comprometeu a analisá-las. Para o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Antonio Geraldo da Silva, é preciso investigar todas as denúncias de maus-tratos a fim de aperfeiçoar o atendimento prestado à população, sobretudo a parcela mais pobre, mas não fechar hospitais. “Pergunto-me qual a motivação das denúncias e quais as soluções propostas. O que me preocupa é a lógica do Ministério da Saúde, calcado na reforma antimanicomial, de fechar unidades, alternativa mais fácil em vez de transformá-las em centros de excelência”, critica. O Ministério da Saúde informou que está fazendo uma auditoria nos 201 hospitais psiquiátricos do país a fim de verificar irregularidades.

Negligência

Um dos três casos ocorridos no Distrito Federal diz respeito à morte de um jovem dependente químico na clínica Recanto, localizada em Brazlândia, há cerca de dois anos. A família do rapaz duvida da tese de suicídio e acusa o local de negligência, com base no laudo cadavérico, que apontou maconha e álcool no organismo do paciente.

Além disso, o rapaz teria comentado que substâncias ilícitas circulavam pelo lugar de tratamento. O dono da clínica, Deusdete Benevides, nega que o paciente tenha sido vítima de homicídio ou descuido. “Já pegamos drogas por aqui, é verdade. Às vezes, é o próprio familiar que traz. Não temos poder de polícia para revistar visitantes, mas fazemos pentes-finos uma ou duas vezes por semana”, explica.

Financiamento polêmico

O Ministério da Saúde prepara dois editais para financiar as comunidades terapêuticas que lidam com usuários de drogas. A determinação para que tais entidades integrem a estratégia do governo de atendimento a dependentes químicos partiu da presidente Dilma Rousseff, ocasionando um racha no governo. Muitas autoridades do setor são contrárias à ideia por entenderem que as comunidades não têm capacitação para esse fim. Entre categorias de profissionais da área, o projeto também é repudiado.

“Verdadeiro absurdo colocar dinheiro público nesses locais, que, para funcionar, basta ter um profissional de nível superior como responsável”, critica Antonio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Veículo: Revista IstoÉ

Retranca: Entrevista

Data: 27/09/2011

Título: Homem é preso após gravar vídeo de estupro em celular

O ministro da Justiça diz que não aceitará excessos que violem direitos individuais, não importando se o réu é rico ou pobre, político ou não

por Vasconcelo Quadros

"Vou coibir abusos e desvios de conduta da Polícia"

O ministro da Justiça diz que não aceitará excessos que violem direitos individuais, não importando se o réu é rico ou pobre, político ou não

por Vasconcelo Quadros

Desde que assumiu o comando do Ministério da Justiça, o ex-deputado José Eduardo Cardozo tem lidado com um problema bastante delicado, que é a relação do governo com a Polícia Federal. Apesar dos conflitos de autoridade, principalmente durante a Operação Voucher, o ministro garante que o convívio com a PF é bom e diz que zelar pela autonomia do órgão. Mas adverte que punirá com rigor excessos que resultem em violação dos direitos individuais de qualquer acusado, seja político, seja empresário ou cidadão comum: “Jamais serei tolerante com abusos e desvios de conduta.” Ele afirma que, se de um lado garantirá a autonomia da PF, de outro vai coibir “operações espetaculosas que propiciem julgamento midiático e contrariem o estado de direito”.

Em entrevista exclusiva à ISTOÉ, Cardozo também descarta as especulações sobre o afastamento do diretor-geral da PF, Leandro Coimbra, garantindo que o delegado não

sairá do cargo. Chama os rumores a respeito de “uma boa peça de humor”. Na verdade, o ministro, que também é advogado e professor de direito administrativo, tem outras prioridades em sua gestão. Revela que, embora não seja um alvo tradicional, o Brasil está reunindo esforços para se prevenir contra atos terroristas durante eventos como a Copa do Mundo. E anuncia um inédito programa de integração entre os órgãos de segurança e as Forças Armadas. “Os alvos são os crimes de fronteira, como o tráfico de drogas e de armas”, diz.

Isto é -

No governo Dilma Rousseff, a PF perdeu a força que exibiu durante o mandato de Lula?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Discordo. A PF está dando continuidade ao trabalho que vinha desenvolvendo no governo Lula, quando ganhou outra dimensão, com melhores equipamentos, aumento de salários e garantia de autonomia. Os dois governos têm a mesma linha. E, claro, a nós cabe zelar e garantir a autonomia da PF, mas dentro dos limites da lei. Jamais serei tolerante com abusos e desvios de conduta.

Isto é -

Na Operação Voucher, houve polêmica sobre o uso de algemas. O sr. concorda que houve excesso por parte dos agentes federais?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Embora alguns países tenham por hábito algemar toda e qualquer pessoa presa, no Brasil essa discussão acabou ensejando uma regulamentação do Supremo Tribunal Federal. Ao Ministério da Justiça cabe fazer cumpri-la. Se a autoridade policial utilizar a algema indevidamente, não importa se o réu é rico ou pobre, político ou não político, cabe a nós pedir a apuração rigorosa e a punição desse policial. Se por um lado nós garantimos a autonomia da PF, de outro proibimos abusos ou operações espetaculosas que propiciem julgamento midiático e contrariem o estado de direito.

Isto é -

Mas, no caso específico da Operação Voucher, houve ou não abusos?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Há normas internacionais e o próprio manual da PF diz que nenhum policial pode subir numa aeronave com arma municada. Isso traz a necessidade de que, segundo essas regras, aquele que vai ser transportado por via aérea seja algemado justamente para que o policial tenha possibilidade de controle durante o voo. No caso de uma rebelião, de uma agressão ou de uma situação indesejável, o policial teria muita dificuldade de controlar se as pessoas não estivessem algemadas. Até agora não chegou nenhuma informação de uso de algemas fora dessa situação.

Isto é -

O sr. concorda com quem atribui a polêmica das algemas à reação de setores da sociedade antes impunes?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Não diria que é uma reação das elites, mas é sempre bom lembrar que a lei vale para todos. Pouco importa quem seja a pessoa presa. Se houver uso indevido, agiremos com grande rigor, punindo as autoridades policiais que atuarem indevidamente.

Isto é -

Então não haverá mais tratamento privilegiado?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

O Brasil vive sob uma cultura de impunidade. Quando alguém que tem poder político ou econômico acaba tolhido em sua liberdade, há uma ruptura dessa tradição perversa. E, em consequência, há mais luzes e divulgação pela mídia. A lei vale para todos e será cumprida em toda a sua dimensão, mas coibindo eventuais abusos.

Isto é -

É verdade que o Palácio do Planalto está sofrendo pressões políticas para afastar o diretor-geral da PF, Leandro Coimbra? Ele será substituído?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Eu garanto que não há nenhum fundo de verdade nessas especulações. Em nenhum momento tive qualquer desavença com Coimbra. A indicação dele foi minha e garanto que foi uma excelente escolha. É um excelente policial, sério, digno, competente, que respeita profundamente a instituição que dirige. Quero é fortalecê-lo. As especulações são curiosas, uma boa peça de humor.

Isto é -

Os agentes da PF acabaram de aprovar um indicativo de greve por melhores salários. Isso não desgasta o diretor-geral?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

É legítimo que os servidores façam suas reivindicações, da mesma forma que o governo tem de agir de acordo com sua capacidade orçamentária. Vivemos um momento de crise internacional. A equipe econômica diagnosticou claramente a situação e nos informou da impossibilidade de prever no Orçamento do ano que vem qualquer aumento salarial para qualquer servidor público federal. Informamos isso à PF.

Isto é -

Como reagir se a PF parar?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Democraticamente. O direito de greve está previsto na Constituição. Se acontecer, dialogaremos com o servidor e buscaremos uma saída, respeitando o direito de todos os envolvidos.

Isto é -

As recentes manifestações populares não são um recado de que esgotou-se a paciência da sociedade com os repetidos casos de corrupção? A faxina ética vai continuar?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

O combate à corrupção não é um programa de governo. É um dever. Não pode se afastar das ações cotidianas daqueles que governam. Seria errado imaginar que a nossa diretriz de governo seria combater a corrupção. Mas é correto imaginar que nós temos como dever natural o combate a qualquer tipo de desvio ou de práticas ilícitas.

Isto é -

Pode-se esperar, então, o reforço do combate à corrupção?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

O governo fará tudo o que estiver a seu alcance para cumprir seu dever. Não é reforço. Tudo aquilo que estiver ao nosso alcance será feito como uma ação cotidiana que se espera de qualquer governante.

Isto é -

O tráfico voltou a desafiar o Exército no Alemão. As UPPs e os Territórios da Paz estão perdendo força?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

A política de segurança do Rio de Janeiro é competente, planejada e bem executada. Mas não podemos ter ilusões: a briga contra o crime organizado é permanente.

Isto é -

O que o governo federal fará para enfrentar essas situações?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Temos de reforçar cada vez mais a cidadania, com equipamentos públicos, políticas sociais e aperfeiçoamento da atividade policial. Mas imaginar que as coisas vão se resolver como num passe de mágica seria muita ingenuidade.

Isto é -

Qual o efeito da campanha de desarmamento na redução da criminalidade?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Toda vez que se faz uma campanha de desarmamento, o nível de homicídios cai. Há uma relação direta entre o número de armas em circulação e o de homicídios. É um engano brutal imaginar que a posse da arma garante a defesa do cidadão e evita a violência. O criminoso conta sempre com o fator surpresa. É errado conceber a arma como instrumento de defesa. Ela é de ataque.

Isto é -

Ainda em relação à criminalidade, quais são os planos do governo Dilma para reduzir o caos no sistema carcerário?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Vamos lançar um grande plano de ampliação de unidades prisionais. O detalhamento será anunciado em breve pela presidente Dilma. Mas já está pronto e aprovado. Será R\$ 1 bilhão de investimentos para ampliar e gerar novas vagas nos presídios estaduais.

Isto é -

O que mais o governo pretende fazer para reduzir a violência? Qual será a contribuição da PF e das Forças Armadas?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Considerando que o tráfico de drogas e de armas está intimamente ligado à violência, o controle da fronteira é peça central no plano de combate. A parte mais importante será a integração das forças de segurança pública com as Forças Armadas. Nunca tivemos isso em planos de ações compartilhadas contra o crime comum. Criamos uma sala de comando no Ministério da Defesa para traçar as linhas de atuação. A PF terá o comando da Operação Sentinela para agir com o apoio logístico militar em 30 pontos vulneráveis detectados na fronteira.

Istoé -

Onde entram exatamente os militares?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Eles têm o comando da Operação Ágata, com o apoio do Ministério da Justiça. É uma operação sigilosa, com data previamente marcada, que implicará o deslocamento de grandes contingentes militares para pontos da fronteira. A primeira foi na fronteira com a Colômbia. Não posso falar agora por causa do sigilo, mas nos próximos dias teremos a Ágata II. Os alvos são todos os crimes e os pontos críticos de fronteira: tráfico de drogas, de armas, de pessoas e contrabando.

Istoé -

O STJ anulou, alegando falha processual, o processo sobre a Operação Boi Barrica, que investigou o filho do senador José Sarney, no Maranhão. A Polícia Federal errou?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

A informação que eu recebi é de que a decisão do Superior Tribunal de Justiça, nesse caso, se deveu a uma avaliação de que seria insuficiente a motivação feita pelo juiz responsável pelo deferimento das escutas. Portanto, a questão se prendeu a um vício meramente processual e atribuído à decisão do próprio magistrado que autorizou as escutas. Nessa perspectiva, não posso dizer que houve um erro da Polícia Federal.

Istoé -

Como o sr. avalia a saída de cinco ministros em menos de nove meses de governo?

JOSÉ EDUARDO CARDOZO -

Acredito que num governo é absolutamente normal a substituição de membros da equipe. E é claro que, no governo federal, é absolutamente natural que ministros, por sua vontade ou por decisão da presidente da República, deixem seus cargos. Não me parece que seja correto falar que a saída dos ministros ensejou uma crise. Foram substituições normais, que acabam acontecendo naturalmente por circunstâncias das mais diversas ao longo de um governo.

Veículo: Jornal do Brasil

Retranca: Direitos Humanos

Data: 27/09/2011

Título: Conselho Federal de Psicologia denuncia à ONU maus tratos e mortes em hospitais psiquiátricos no Brasil

Isabela Vieira

Rio de Janeiro- Passados dez anos da reforma psiquiátrica no Brasil, as unidades de internação de pessoas com transtornos mentais continuam registrando mortes e casos de maus-tratos. A denúncia é do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que entrega na segunda-feira (26) um documento com os relatos ao Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro.

O relatório contém 76 casos de mortes, maus tratos ou torturas ocorridos em hospitais públicos e privados e comunidades terapêuticas, entre 2002 e 2010, em todas as regiões do país.

Segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, as denúncias foram enviadas ao órgão e a instituições parceiras de defesa dos direitos humanos por parentes de usuários desses serviços. Os próprios pacientes, assinalou, também encaminharam reclamações ao conselho. Entre os casos, há medicação forçada, negligência, privação de liberdade e abandono.

De acordo com Verona, o documento também já foi protocolado na Secretaria-Geral da Presidência da República, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e no Ministério da Saúde. No entanto, as medidas de proteção aos pacientes ainda não foram tomadas.

"Pela gravidade das denúncias, esperávamos uma repostas mais rápida por parte das autoridades. Como estamos tendo dificuldade nisso, e o governo federal está sinalizando investir nas comunidades terapêuticas, viemos buscar ajuda urgente", acrescentou Verona.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia disse ainda que o documento chama a atenção para os maus tratos ocorridos em comunidade terapêuticas, que são instituições privadas normalmente vinculadas a igrejas. Eles classificou esses estabelecimento como "verdadeiros manicômios contemporâneos".

Veículo: Notícias UOL

Retranca: Direitos Humanos

Data: 27/09/2011

Título: Conselho Federal de Psicologia denuncia à ONU maus tratos e mortes em hospitais psiquiátricos no Brasil

Isabela Vieira
No Rio de Janeiro
Da Agência Brasil

Passados dez anos da reforma psiquiátrica no Brasil, as unidades de internação de pessoas com transtornos mentais continuam registrando mortes e casos de maus-tratos. A denuncia é do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que entrega hoje (26) um documento com os relatos ao Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro.

O relatório contém 76 casos de mortes, maus tratos ou torturas ocorridos em hospitais públicos e privados e comunidades terapêuticas, entre 2002 e 2010, em todas as regiões do país.

Segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, as denúncias foram enviadas ao órgão e a instituições parceiras de defesa dos direitos humanos por parentes de usuários desses serviços. Os próprios pacientes, assinalou, também encaminharam reclamações ao conselho. Entre os casos, há medicação forçada, negligência, privação de liberdade e abandono.

De acordo com Verona, o documento também já foi protocolado na Secretaria-Geral da Presidência da República, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e no Ministério da Saúde. No entanto, as medidas de proteção aos pacientes ainda não foram tomadas.

"Pela gravidade das denúncias, esperávamos uma resposta mais rápida por parte das autoridades. Como estamos tendo dificuldade nisso, e o governo federal está sinalizando investir nas comunidades terapêuticas, viemos buscar ajuda urgente", acrescentou Verona.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia disse ainda que o documento chama a atenção para os maus tratos ocorridos em comunidade terapêuticas, que são instituições privadas normalmente vinculadas a igrejas. Eles classificou esses estabelecimento como "verdadeiros manicômios contemporâneos".

Veículo: Valor Econômico

Retranca: Saúde Mental

Data: 27/09/2011

Título: ONU recebe queixa de tortura em clínicas

Cartas de Leitores

Primavera da Saúde

"O Conselho Federal de Psicologia (CFP) participa hoje das manifestações da Primavera da Saúde, que pede mais recursos para a saúde pública no Brasil e a regulamentação da Emenda Constitucional 29. A mobilização tem unido esforços de gestores, trabalhadores da saúde e parlamentares em torno da causa da melhoria dos direitos à saúde, buscando colocar o debate no centro da agenda política do Brasil. O CFP participa da manifestação reivindicando o tratamento dos usuários de drogas com cidadania, em meio aberto, sem internação e sem segregação. Ou seja, pede a continuidade do processo da reforma psiquiátrica antimanicomial em curso no Brasil, regulamentada pela Lei nº 10.216/2001, que criou os serviços de atenção psicossocial de caráter substitutivo ao modelo asilar, para o cuidado de pessoas com sofrimento mental e problemas no uso de álcool e outras drogas.

Assim, o conselho reitera seu posicionamento contrário ao financiamento das chamadas comunidades terapêuticas com verba do SUS por que entende que o isolamento em instituições como manicômios ou comunidades terapêuticas gera mais dor e sofrimento."

Humberto Verona - Presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Veículo: Agência Estado

Retranca: Direitos Humanos

Data: 27/09/2011

Título: Relatório sobre maus-tratos é entregue à ONU



Rio - Um relatório descrevendo 76 casos de maus-tratos a pacientes internados em instituições psiquiátricas foi entregue hoje à representante do Brasil no Subcomitê para Prevenção da Tortura da Organização das Nações Unidas, Margarida Pressburger.

As denúncias, que incluem casos de mortes de pacientes, foram recebidas pelo Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos da Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial, e organizadas pelo Conselho Federal de Psicologia.

"Nossa preocupação é fazer avançar a reforma psiquiátrica. Ainda hoje, temos hospitais que violam direitos humanos, fazendo a segregação de pessoas", afirmou o presidente do conselho, Humberto Verona.

O documento, entregue a Margarida Pressburger, compila casos publicados pela imprensa, denunciados à polícia ou relatados por parentes de pacientes ao observatório.

Os mais recentes dizem respeito às chamadas comunidades terapêuticas, entidades privadas ou ligadas a grupos religiosos, que passaram a ganhar espaço com o tratamento de dependentes químicos.

"Causa preocupação quando o governo anuncia seu programa de combate ao uso de crack e informa que essas comunidades terapêuticas receberão recursos públicos. Elas nunca fizeram parte da rede de atenção à saúde, não discutiram a reforma psiquiátrica, cada uma define seu método de atendimento, sem um controle social", criticou Verona.

Para ele, o governo federal deveria investir em Centros de Atenção Psicossocial (Caps), unidades públicas voltadas para a saúde mental. "Esperamos que a ONU, a partir dessas denúncias, nos ajude a sensibilizar o governo brasileiro para a questão".

Veículo: Agência Brasil

Retranca: Direitos Humanos

Data: 27/09/2011

Título: Conselho Federal de Psicologia denuncia à ONU maus-tratos e mortes em hospitais psiquiátricos no Brasil

26/09/2011 - 18h12

Isabela Vieira

Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro - Passados dez anos da reforma psiquiátrica no Brasil, as unidades de internação de pessoas com transtornos mentais continuam registrando mortes e casos de maus-tratos. A denúncia é do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que entrega hoje (26) um documento com os relatos ao Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro.

O relatório contém 76 casos de mortes, maus-tratos ou torturas ocorridos em hospitais públicos e privados e comunidades terapêuticas, entre 2002 e 2010, em todas as regiões do país.

Segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, as denúncias foram enviadas ao órgão e a instituições parceiras de defesa dos direitos humanos por parentes de usuários desses serviços. Os próprios pacientes, assinalou, também encaminharam reclamações ao conselho. Entre os casos, há medicação forçada, negligência, privação de liberdade e abandono.

De acordo com Verona, o documento também já foi protocolado na Secretaria-Geral da Presidência da República, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e no Ministério da Saúde. No entanto, as medidas de proteção aos pacientes ainda não foram tomadas.

"Pela gravidade das denúncias, esperávamos uma resposta mais rápida por parte das autoridades. Como estamos tendo dificuldade nisso, e o governo federal está sinalizando investir nas comunidades terapêuticas, viemos buscar ajuda urgente", acrescentou Verona.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia disse ainda que o documento chama a atenção para os maus tratos ocorridos em comunidade terapêuticas, que são instituições privadas normalmente vinculadas a igrejas. Eles classificou esses estabelecimento como "verdadeiros manicômios contemporâneos".

Edição: João Carlos Rodrigues

Veículo: Valor Econômico

Retranca: Saúde Mental

Data: 27/09/2011

Título: Psicólogos denunciam à ONU mortes e tortura em hospitais psiquiátricos

Por Agência Brasil

RIO – Passados dez anos da reforma psiquiátrica no Brasil, as unidades de internação de pessoas com transtornos mentais continuam registrando mortes e casos de maus-tratos. A denúncia é do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que entregou nesta segunda-feira um documento com os relatos ao Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro.

O relatório contém 76 casos de mortes, maus-tratos ou torturas ocorridos em hospitais públicos e privados e comunidades terapêuticas, entre 2002 e 2010, em todas as regiões do país.

Segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, as denúncias foram enviadas ao órgão e a instituições parceiras de defesa dos direitos humanos por parentes de usuários desses serviços. Os próprios pacientes também encaminharam reclamações ao conselho. Entre os casos, há medicação forçada, negligência, privação de liberdade e abandono.

De acordo com Verona, o documento também já foi protocolado na Secretaria-Geral da Presidência da República, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e no Ministério da Saúde. No entanto, as medidas de proteção aos pacientes ainda não foram tomadas.

"Pela gravidade das denúncias, esperávamos uma resposta mais rápida por parte das autoridades. Como estamos tendo dificuldade nisso, e o governo federal está sinalizando investir nas comunidades terapêuticas, viemos buscar ajuda urgente", acrescentou Verona.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia disse ainda que o documento chama a atenção para os maus tratos ocorridos em comunidades terapêuticas, que são instituições privadas normalmente vinculadas a igrejas. Ele classificou esses estabelecimentos como "verdadeiros manicômios contemporâneos".

(Agência Brasil)

Veículo: Estado de Minas

Retranca: Direitos Humanos

Data: 27/09/2011

Título: Conselho Federal de Psicologia denuncia mortes em hospitais psiquiátricos

Relatório será entregue a ONU e também registra maus-tratos com pacientes

[Agência Brasil](#)

Publicação: 26/09/2011 19:16 Atualização:

Passados dez anos da reforma psiquiátrica no Brasil, as unidades de internação de pessoas com transtornos mentais continuam registrando mortes e casos de maus-tratos. A denuncia é do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que entrega nesta segunda-feira um documento com os relatos ao Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro.

Saiba mais...

[Polícia Civil do Rio investiga mau atendimento em hospital público Representante da ONU aponta falta de profissionais nas penitenciárias do Rio Conselho de Enfermagem do Rio reclama da falta de investimentos](#)

O relatório contém 76 casos de mortes, maus-tratos ou torturas ocorridos em hospitais públicos e privados e comunidades terapêuticas, entre 2002 e 2010, em todas as regiões do país. Segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, as denúncias foram enviadas ao órgão e a instituições parceiras de defesa dos direitos humanos por parentes de usuários desses serviços. Os próprios pacientes, assinalou, também encaminharam reclamações ao conselho. Entre os casos, há medicação forçada, negligência, privação de liberdade e abandono.

De acordo com Verona, o documento também já foi protocolado na Secretaria-Geral da Presidência da República ,na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e no Ministério da Saúde. No entanto, as medidas de proteção aos pacientes ainda não foram tomadas.

"Pela gravidade das denúncias, esperávamos uma repostas mais rápida por parte das autoridades. Como estamos tendo dificuldade nisso, e o governo federal está sinalizando investir nas comunidades terapêuticas, viemos buscar ajuda urgente", acrescentou Verona.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia disse ainda que o documento chama a atenção para os maus tratos ocorridos em comunidade terapêuticas, que são instituições privadas normalmente vinculadas a igrejas. Eles classificou esses estabelecimento como "verdadeiros manicômios contemporâneos".

Veículo: Terra Brasil

Retranca: Direitos Humanos

Data: 27/09/2011

Título: Conselho denuncia à ONU maus-tratos em hospitais psiquiátricos

26 de setembro de 2011 • 19h30 • atualizado às 19h43

Passados dez anos da reforma psiquiátrica no Brasil, as unidades de internação de pessoas com transtornos mentais continuam registrando mortes e casos de maus-tratos. A denúncia é do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que entregou nesta segunda-feira um documento com os relatos ao Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro.

O relatório contém 76 casos de mortes, maus-tratos ou torturas ocorridos em hospitais públicos e privados e comunidades terapêuticas, entre 2002 e 2010, em todas as regiões do País. Segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, as denúncias foram enviadas ao órgão e a instituições parceiras de defesa dos direitos humanos por parentes de usuários desses serviços. Os próprios pacientes, assinalou, também encaminharam reclamações ao conselho. Entre os casos, há medicação forçada, negligência, privação de liberdade e abandono.

De acordo com Verona, o documento também já foi protocolado na Secretaria-Geral da Presidência da República, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e no Ministério da Saúde. No entanto, as medidas de proteção aos pacientes ainda não foram tomadas. "Pela gravidade das denúncias, esperávamos uma repostas mais rápida por parte das autoridades. Como estamos tendo dificuldade nisso, e o governo federal está sinalizando investir nas comunidades terapêuticas, viemos buscar ajuda urgente", disse Verona.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia disse ainda que o documento chama a atenção para os maus-tratos ocorridos em comunidade terapêuticas, que são instituições privadas normalmente vinculadas a igrejas. Eles classificou esses estabelecimento como "verdadeiros manicômios contemporâneos".

Veículo: Correio do Estado

Retranca: Direitos Humanos

Data: 27/09/2011

Título: Conselho denuncia à ONU mortes e maus tratos em hospitais psiquiátricos do Brasil

Passados dez anos da reforma psiquiátrica no Brasil, as unidades de internação de pessoas com transtornos mentais continuam registrando mortes e casos de maus-tratos. A denúncia é do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que entrega hoje (26) um documento com os relatos ao Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro.

O relatório contém 76 casos de mortes, maus tratos ou torturas ocorridos em hospitais públicos e privados e comunidades terapêuticas, entre 2002 e 2010, em todas as regiões do país.

Segundo o presidente do CFP, Humberto Verona, as denúncias foram enviadas ao órgão e a instituições parceiras de defesa dos direitos humanos por parentes de usuários desses serviços. Os próprios pacientes, assinalou, também encaminharam reclamações ao conselho. Entre os casos, há medicação forçada, negligência, privação de liberdade e abandono.

De acordo com Verona, o documento também já foi protocolado na Secretaria-Geral da Presidência da República, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e no Ministério da Saúde. No entanto, as medidas de proteção aos pacientes ainda não foram tomadas.

"Pela gravidade das denúncias, esperávamos uma resposta mais rápida por parte das autoridades. Como estamos tendo dificuldade nisso, e o governo federal está sinalizando investir nas comunidades terapêuticas, viemos buscar ajuda urgente", acrescentou Verona.

O presidente do Conselho Federal de Psicologia disse ainda que o documento chama a atenção para os maus tratos ocorridos em comunidade terapêuticas, que são instituições privadas normalmente vinculadas a igrejas. Eles classificou esses estabelecimento como "verdadeiros manicômios contemporâneos".

Veículo: Diário do Grande ABC

Retranca: Saúde Mental

Data: 27/09/2011

Título: Relatório sobre maus-tratos é entregue à ONU

Um relatório descrevendo 76 casos de maus-tratos a pacientes internados em instituições psiquiátricas foi entregue hoje à representante do Brasil no Subcomitê para Prevenção da Tortura da Organização das Nações Unidas, Margarida Pressburger.

As denúncias, que incluem casos de mortes de pacientes, foram recebidas pelo Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos da Rede Internúcleos de Luta Antimanicomial, e organizadas pelo Conselho Federal de Psicologia.

"Nossa preocupação é fazer avançar a reforma psiquiátrica. Ainda hoje, temos hospitais que violam direitos humanos, fazendo a segregação de pessoas", afirmou o presidente do conselho, Humberto Verona.

O documento, entregue a Margarida Pressburger, compila casos publicados pela imprensa, denunciados à polícia ou relatados por parentes de pacientes ao observatório.

Os mais recentes dizem respeito às chamadas comunidades terapêuticas, entidades privadas ou ligadas a grupos religiosos, que passaram a ganhar espaço com o tratamento de dependentes químicos.

"Causa preocupação quando o governo anuncia seu programa de combate ao uso de crack e informa que essas comunidades terapêuticas receberão recursos públicos. Elas nunca fizeram parte da rede de atenção à saúde, não discutiram a reforma psiquiátrica, cada uma define seu método de atendimento, sem um controle social", criticou Verona.

Para ele, o governo federal deveria investir em Centros de Atenção Psicossocial (Caps), unidades públicas voltadas para a saúde mental. "Esperamos que a ONU, a partir dessas denúncias, nos ajude a sensibilizar o governo brasileiro para a questão".